

## Policiais penais querem salários das forças de segurança

Os 1,7 mil policiais penais, responsáveis pela ordem e segurança nos presídios, estão mobilizados em reação à reestruturação da carreira promovida pelo GDF. Na semana passada, o governador Ibaneis Rocha (MDB) anunciou o envio de uma minuta ao governo Federal de projeto de lei que prevê a inclusão das despesas com contracheques dos policiais penais no Fundo Constitucional do DF. Na prática, significa que a carreira passa a ser mais uma força de segurança pública com a remuneração transformada em subsídio, como a dos policiais civis. Mas os salários não serão iguais. Mesmo com 18% de reajuste, previsto pelo governo, os policiais penais terão perdas de benefícios incorporados hoje à remuneração.

### Perdas

A reivindicação da categoria é equiparar os salários aos dos agentes policiais de custódia da PCDF. “Temos a segunda profissão mais perigosa. Só perdemos para os mineiros que trabalham debaixo da terra. Mesmo assim, não somos valorizados, não temos bons salários, plano de saúde, nem assistência psicológica”, reclama o presidente do Sindicato dos Policiais Penais do DF (Sindpol-DF), Paulo Rogério. “Não bastassem os prejuízos salariais, que chegam a quase R\$ 3 mil, conquistas importantes como a 25ª hora, anuênios e adicional noturno também não foram consideradas no projeto da tabela de subsídio”, acrescenta. Com a mobilização, atividades como escoltas judiciais, videoconferências, recebimento de visitas e atendimentos a advogados ficarão prejudicadas, por decisão da assembleia da categoria.

### Bolsa para universitários

O secretário da Família e Juventude, Rodrigo Delmasso, apresentou uma minuta de projeto que institui o programa Bolsa Universitária. O objetivo é beneficiar milhares de jovens para terem a oportunidade de cursar o ensino superior. Na proposta, o novo programa concederá bolsas de estudo no valor de 50% da mensalidade, sendo que a outra metade deverá ser concedida pela instituição de ensino superior selecionada. O projeto ainda precisa passar pelo crivo do governador Ibaneis Rocha (MDB) e da Câmara Legislativa.



Ed Alves/CB

### Homenagem ao interventor

Interventor da segurança pública do DF, Ricardo Cappelli, pode se tornar cidadão honorário de Brasília. O secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública é o homenageado em projeto de decreto legislativo proposto pelo presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), e pelo deputados João Cardoso (Avante), Gabriel Magno (PT), Max Maciel (PSol), Doutora Jane (Agir) e Dayse Amarílio (PSB). A proposta está em tramitação na Casa.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

### Afinando as investigações

Os membros da CPI dos Atos Antidemocráticos pediram ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes uma reunião para tratar das investigações em curso na Câmara Legislativa. Relator do inquérito sobre o dia 8 de janeiro, Moraes marcou a audiência para amanhã.



Ed Alves/CB/DA Press

### Tempos áureos do PSDB

A possibilidade de o PSDB criar uma nova federação com o Podemos para sobrevivência, depois de já ter se unido ao Cidadania, mostra a decadência do partido que comandou o país por oito anos na era de Fernando Henrique Cardoso. Com apenas 13 deputados federais eleitos e dois governadores, os tucanos precisam se aglutinar a novos partidos para não sucumbir à legislação e à falta de votos. No DF, ao longo dos anos, o PSDB foi controlado por diferentes grupos como o do ex-governador José Roberto Arruda, da ex-governadora Maria de Lourdes Abadia e hoje está na batuta do senador Izalci Lucas. Na eleição de 2010, o ex-governador Joaquim Roriz esteve em São Paulo para pedir as bênçãos de FHC, ao lado do seu assessor Paulo Fona, tucano. Queria ajuda para uma nova candidatura ao Buriú. O apoio saiu, mas Roriz foi barrado pelo TSE. Na última eleição, a federação PSDB-Cidadania só elegeu uma deputada distrital, Paula Belmonte, do Cidadania. Na disputa ao Palácio do Buriú, o tucano Izalci ficou em sexto lugar, com 4,26% dos votos.



Arquivo Pessal



**À QUEIMA-ROUPA**  
**MAX MACIEL,**  
DEPUTADO  
DISTRITAL (PSOL)

“O governo realizou um estudo e mostrou que é mais caro realizar uma nova licitação do que a renovação dos contratos atuais. Foi uma decisão do próprio GDF e que não passou pela Câmara Legislativa”

### O transporte público tem sido a sua principal bandeira. Acha que conseguiu algum avanço?

Conseguimos avanços importantes. O acordo com a Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob) sobre a validade dos cartões do vale transporte é um deles. A sinalização da Semob em nos enviar estudo sobre a ampliação do passe livre estudantil nos domingos e feriados é outro. Conseguimos, a partir de indicações ao Poder Executivo, construção de paradas de ônibus e outras melhorias para a sociedade. Alteração em itinerário e ampliação de linha para atender estudantes na UnB também é um avanço importante. Inclusive, na próxima segunda, vamos realizar uma audiência pública sobre o transporte público para a UnB e IFB. Por fim, a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana (CTMU), na qual sou o presidente, tem sido um canal importante de denúncias e temos encaminhado várias delas para os órgãos competentes.

### Acredita que o governo vai realizar uma nova licitação para contratação de empresas do setor?

O governo realizou um estudo e mostrou que é mais caro realizar uma nova licitação do que a renovação dos contratos atuais. Foi uma decisão do próprio GDF e que não passou pela Câmara Legislativa, não foi divulgado e não teve nenhuma participação da sociedade para debater o assunto. Também não apresentou, até o momento, se será feita alguma melhoria no transporte público com a renovação dos contratos. Recebemos, diariamente, muitas reclamações e sabemos que tem muito o que melhorar.

Minervino Júnior/CB/DA Press



### Você foi eleito com base em Ceilândia, que faz aniversário nesta segunda. O que precisa melhorar na cidade?

Temos muitos problemas, afinal a lógica do Distrito Federal é a exclusão da periferia do planejamento das cidades e decisões sobre o orçamento. Um exemplo disso é que a Ceilândia sofreu muito com as chuvas recentes. Programas como o Drenar DF auxiliariam muito nesse problema, mas essas iniciativas ficam restritas ao eixo Plano Piloto e não focam em outras cidades, como em Ceilândia e tantas outras periferias do DF. Ceilândia também ainda é muito carente de espaços públicos de lazer e de cultura. Precisamos fomentar o direito à cidade e dar mais dignidades às pessoas que moram nesses territórios.

### No seu primeiro mandato, como avalia a atual legislatura até agora?

Chegamos juntos com um turbilhão de acontecimentos, como a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro e o afastamento do governador Ibaneis. Ficamos a reboque desses assuntos. Agora, com as coisas entrando um pouco mais nos eixos, estamos, finalmente, sendo mais propositivos nesta Casa Legislativa e encaminhando os temas que são relevantes no dia a dia das pessoas.

### E a sua atuação?

Temos quatro anos para dar o nosso melhor e fazer o que for possível para alcançar as melhorias que almejamos. É importante frisar que, apesar de irmos da Ceilândia, nossa luta é por todo o DF. Estamos fazendo um bom mandato, batalhando por mais e buscando, todos os dias, entregar muitos avanços.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

## » Entrevista | EDUARDO PEDROSA | DEPUTADO DISTRITAL (UNIÃO BRASIL)

# Salário de servidor em pauta

Presidente da Comissão de economia, orçamento e finanças falou que o projeto de reajuste deve ser votado nesta semana

» CARLOS SILVA\*

O deputado Distrital Eduardo Pedrosa (União Brasil) foi convidado do CB.Poder — parceria entre TV Brasília e Correio — de ontem. Ele falou sobre a aprovação do reajuste salarial para servidores públicos do DF, que deve ser votado na Comissão de economia, orçamento e finanças da Câmara Legislativa do DF (CLDF) nesta semana. Ao jornalista Carlos Alexandre de Souza, o parlamentar também comentou sobre a recomposição dos quadros de servidores e projetos para o público com Síndrome de Down no DF.

**Há o projeto de reajuste dos servidores, que é de extrema relevância e passa diretamente pela sua comissão. Como ele está?**

Está para apreciação. Chegou na semana passada e queremos dar uma agilidade grande para ver se conseguimos votar ainda esta semana. Sabemos das dificuldades que o governo tem, do ponto de vista orçamentário, mas vamos lutar para aprovar o que chegou para nós, e que o governo disse que cabe.

**Algumas carreiras gostariam que fosse maior o reajuste, certo?**

Com certeza, e é merecido, como os profissionais de educação e diversos outros que têm um trabalho magnífico pela nossa cidade. Espero que consigam um reajuste maior, porque nesse momento o governo acabou mandando o que acho que cabia na conta. Tenho certeza que o governo tem intenção de valorizar ainda mais os profissionais, e se for possível, digamos assim, em algum momento dar um reajuste que essas pessoas esperam e merecem.

**Uma questão que preocupa o senhor é a substituição. Muitos se aposentando e existe uma dificuldade de reposição. Como está vendo isso?**

É uma coisa que nos preocupa muito, principalmente na Segurança Pública. Tínhamos, 20 anos atrás, mais ou menos um terço da população que o Distrito Federal tem hoje. Havia quase 18 mil policiais na ativa. Hoje temos 8,9 mil. Não adianta falar de segurança pública sem falar de recompor os quadros, de ter

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



pessoal, gente em campo. Acho que é um desafio que vamos ter pela frente.

**Tem um outro ponto importante do seu trabalho, que é uma frente parlamentar para portadores de Síndrome de Down. Uma frente parlamentar recente, criada, semana passada. Como está isso?**

Tenho feito um trabalho em defesa das pessoas com síndrome de Down aqui no DF. No meu mandato passado tive a oportunidade de trabalhar pela

revitalização do Centro de Referência Interdisciplinar em Síndrome de Down (CrisDown), que hoje atende essas pessoas aqui no DF. Abracei a causa da construção do centro de referência independente. Gostaria que o DF fosse uma referência e mundial no que tange ao cuidado da pessoa com essa condição. Estamos trabalhando para isso.

**Já foi feita a reforma?**

Não, fizemos a revitalização. Agora estamos trabalhando para construir uma unidade

independente. Hoje ele (CrisDown) funciona dentro do Hospital Regional da Asa Norte (Hran). Fizemos a frente parlamentar a partir daí. Começamos a conversar com as pessoas, identificar outras demandas.

**Inclusive, não havia informação de quantas pessoas com essa condição havia no DF, certo? Estamos falando de quantas pessoas?**

São de 7 mil a 10 mil pessoas. Esse dado não existia ano passado. Nós somos o primeiro estado do Brasil a fazer um senso dessa população para originar a política pública. Estamos tentando ter esse cuidado de sempre fazer isso, para que consigamos fazer leis ou projetos que realmente vão acontecer na prática e ajudar as pessoas.

**O senhor vem de uma família empresarial e presidiu a comissão do desenvolvimento econômico no seu primeiro mandato. Uma questão grave e importante aqui no DF é o desemprego. O que precisa ser feito na sua avaliação para lidar com isso?**

Precisamos nos tornar atraentes de novo. Trazer para o Distrito Federal empresas de fora, grandes e ajudar as locais a se desenvolverem. Eu acho que existe hoje uma dificuldade grande de acesso ao fomento para as empresas pequenas. Acho que o Estado pode participar também da perspectiva de ajudar formar esses empreendedores.

**Como os jovens se encaixam nesse cenário?**

Temos uma dificuldade enorme que são os empregos para os jovens. Hoje, temos um índice extremamente elevado de jovens que não conseguem ter acesso ao mercado de trabalho. Muitos não estudam nem trabalham. Talvez tenhamos o maior índice da história de desempregados entre 16 e 29 anos. Então, é importante pensarmos na qualificação técnica, nestes empregos do futuro e trazer essas empresas para que consigamos vincular a vontade desse jovem de trabalhar com as oportunidades de emprego que vão surgir aqui.

\*Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado